



**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE DIREITO  
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO**

**Curso: PARCERIAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**Professor: Marcos Augusto Perez**

**SEMINÁRIO: CONSÓRCIOS PÚBLICOS, CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO  
E OUTROS CONVÊNIOS**

**NOME DO ALUNO e GRUPO DE SEMINÁRIO:**

.....

**NÚMERO USP:**

.....

Um determinado Município do Estado do Rio de Janeiro pretende realizar investimentos para atingir a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Atualmente, os serviços públicos de saneamento básico do Município são prestados pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município – SAAE, porém a autarquia não possui condições de realizar os investimentos necessários no prazo desejado. A Companhia Estadual de Saneamento Básico, por outro lado, é quem opera os serviços de saneamento de outros quatro Municípios vizinhos, e manifestou interesse em assumir também a gestão dos serviços de saneamento sob responsabilidade da autarquia municipal. Na qualidade de procurador do Município, responda:

1. É possível a transferência da gestão dos serviços de saneamento básico, hoje sob responsabilidade da autarquia municipal, para a Companhia de Saneamento do Estado do Rio de Janeiro?
2. Quais os trâmites e os instrumentos jurídicos necessários para operar a transferência desejada, considerando-a uma parceria público-público?
3. Quais atividades/responsabilidades/obrigações podem ser transferidas aos órgãos e entidades Estaduais por meio dos instrumentos celebrados?
4. Com que ente federativo ficaria a regulação e fiscalização dos serviços? Por quê?
5. Há necessidade de realização de processo licitatório ou outro procedimento de escolha para a contratação da Companhia Estadual prestadora do serviço?
6. É possível segregar a prestação dos serviços em etapas de modo que a Companhia Estadual assuma a responsabilidade apenas pela realização dos investimentos necessários ao sistema de captação e tratamento de água, por exemplo, e o Município permaneça responsável pela operação dos serviços de distribuição de água tratada? Nesse caso, qual instrumento poderia ser utilizado para regular a relação entre os diferentes prestadores?